



ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 37
Rub. AS

Parecer n.º 428/2020/CCJR

Referente à Mensagem n.º 29/2020 – PL n.º 217/2020 que “Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro destinado a aplicação em Despesa de Capital, a oferecer garantias, e dá outras providências”.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado

*Deputado Dal Bosco.*

### I - Relatório

A propositura foi recebida e registrada pela Secretaria de Serviços Legislativos no dia 27/03/2020, sendo aprovado o requerimento de dispensa de pauta na mesma data e, encaminhada para esta Comissão em 30/03/2020, conforme fls.02/24 e30/verso.

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei n.º 217/2020– MSG n.º 29/2020, de autoria do Poder Executivo, conforme ementa acima, visando promover adequações foi apresentado o Substitutivo Integral n.º 01 de autoria de Lideranças Partidárias.

O Autor apresenta a seguinte justificativa:

*Consiste o projeto de Lei em autorização formal para o Poder Executivo estadual contratar operações de crédito interna perante a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, até o valor limite de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo Despesas de Capital constantes dos orçamentos anuais do Poder Executivo estadual.*

*Como é do conhecimento dessa Casa, o Estado de Mato Grosso vem atravessando séria crise financeira, as receitas obtidas estão sendo insuficientes para cobrir seus gastos, o que inclusive levou à aprovação de orçamentos deficitários nos anos de 2019 e 2020. Essa situação conjuntural reduziu drasticamente a capacidade de o Estado realizar novos investimentos com recursos próprios, impactando diretamente na melhoria de serviços ao cidadão. Ou seja, a capacidade financeira do Estado não é suficiente para atender à demanda da sociedade, portanto, faz-se necessário o aporte de recursos oriundos de operações de crédito para fazer frente às suas necessidades de investimentos.*

*Não bastasse o quadro acima delineado, vemos, ainda, de maneira inesperada e surpreendente, a consequências oriundas da pandemia de Coronavírus (COVID-19), com impactos seríssimos sobre a atividade econômica e, consequentemente, sobre a renda da população.*





## ESTADO DE MATO GROSSO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

*A Administração tem empreendido esforços para mitigar os impactos da crise fiscal, com ações austeras, o que tem garantido claras demonstrações de recuperação. Entretanto, ainda não foi possível superar as dificuldades de maneira definitiva.*

*Nesse momento – mais do que nunca –, o investimento público em infraestrutura deve operar como indutor do crescimento econômico, promovendo o círculo virtuoso que nos levará à retomada da prosperidade, com reflexos concretos sobre a vida da população.*

*Neste sentido, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e a Secretaria de Estado de Fazenda vislumbraram perante a Caixa Econômica Federal - CEF, por meio do Programa FINISA - Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, a disponibilidade de recursos para o Estado financiar ações de obras de infraestrutura e aquisições de equipamento rodoviários, nominadas Despesas de Capital, no Plano Plurianual e dos Orçamentos Anuais do Poder Executivo Estadual.*

*Este programa de financiamento possibilita o desenvolvimento econômico e social do Estado e tem as seguintes características econômicas e financeiras para a realização da operação:*

- 1. Valor da Operação: até R\$ 550.000.000,00;*
- 2. Destinação dos recursos: financiamento de ações em infraestrutura e aquisições para o desenvolvimento do Estado;*
- 3. Juros e atualização monetária: até 5,7 % a.a. acrescidos de CDI;*
- 4. Liberação: 04 parcelas semestrais*
- 5. Prazo total: 120 (cento e vinte) meses;*
- 6. Prazo de carência do Principal: 24 (vinte e quatro) meses;*
- 7. Prazo de amortização: 96 (noventa e seis) meses*

*Estes recursos ora ofertados são primordiais na aplicação em Investimentos no Estado de Mato Grosso, principalmente nos projetos de construção de obras de arte especiais e correntes; aquisição de maquinários; aquisição de aduelas para construção de bueiros de concreto armado; aquisição de artefatos metálicos fabricados em chapas múltiplas de aço corrugado, galvanizado a fogo, com parafusos; aquisição de materiais e produtos metálicos destinados à execução de superestrutura de obras de artes especiais.*

*O Projeto de Construção de Pontes tem como objetivo complementar o outrora Programa Proconcreto, que consiste na substituição de pontes de madeira por pontes definitivas de concreto, reduzindo as deficiências do sistema de transportes de Mato Grosso, que tem nas pontes de madeira um dos elos mais fracos da rede rodoviária estadual, acentuado pelo crescimento do volume do tráfego pesado e da carga transportada, que afeta a movimentação de cargas e pessoas no Estado.*

*Pela sua extensão territorial e distância de centros consumidores e de polos de comercialização internacional, o Estado de Mato Grosso enfrenta grandes gargalos nos sistemas de transporte e logística, fatores que reduzem as vantagens competitivas da economia mato-grossense. Mato Grosso é um Estado de dimensões continentais, possuindo 903.206 km<sup>2</sup> de área total, o que corresponde a 10,61% da área total do país. A população estadual estimada em 2019 de acordo com o IBGE foi de 3.484.466 (três milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis) pessoas, com uma densidade de 3,36 (três e trinta e seis) hab/km<sup>2</sup>. A base da economia do Estado de Mato Grosso é a agropecuária. O*





## ESTADO DE MATO GROSSO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 39
Rub. AS

*estado lidera o ranking brasileiro de rebanho bovino do país, com mais de trinta milhões de cabeças de acordo com o INDEA (Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso) e é o maior produtor nacional de grãos, com uma área plantada de 9 (nove) milhões de hectares. No ciclo 2017/2018 colheu volume recorde de 61,71t (sessenta e um milhões e setenta e um mil) toneladas conforme o IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária) e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o Estado é responsável por aproximadamente 30% (trinta por cento) da produção nacional. O Sistema Rodoviário Estadual – S.R.E. de Mato Grosso possui uma malha viária de aproximadamente 32.432 km (trinta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois) sendo que destes 22.230 km (vinte e dois mil, duzentos e trinta) são não pavimentados, 7.203 km (sete mil, duzentos e três) pavimentados e 2.999 km (dois mil novecentos e noventa e nove) apenas planejados. O Estado tem 2.047 (dois mil e quarenta e sete) pontes de madeira, 42 (quarenta e duas) mista e 19 (dezenove) balsas.*

*Ao verificar o Sistema Rodoviário Estadual – S.R.E. percebe-se o déficit logístico do Estado e a quantidade de pontes de madeiras que precisam ser substituídas por pontes de concretos para interligar regiões, cidades e tornar possível o escoamento da produção. Diante de tanta pujança e da importância da produção de Mato Grosso para o cenário nacional é inevitável condicionar o investimento em infraestrutura de transporte com a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social. A efetivação da contratação da operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal - CEF, no âmbito do Programa FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento na Modalidade Apoio Financeiro, possibilitará a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Sinfra substituir uma parcela de pontes de madeira por pontes de concreto.*

*Com esta execução de obras de artes especiais serão contemplados diretamente 50 (cinquenta) municípios e aproximadamente 1.646.136 (um milhão seiscentos e quarenta e seis mil, cento e trinta e seis) habitantes e indiretamente 134 (cento e trinta e quatro) municípios e aproximadamente 3.321.671 (três milhões, trezentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e um) habitantes (IBGE, 2020).*

*Vale ressaltar a importância da análise regionalizada na melhoria da infraestrutura de transportes por que os impactos não refletem apenas nos municípios diretamente contemplados com a execução das obras, mas em toda a região de influência socioeconômica desses polos urbanos.*

*Nesta perspectiva, considerou-se a metodologia adotada pela SINFRA, que dividiu o estado em 09 (nove) regiões para monitorar e fiscalizar as obras de infraestrutura de transportes para quantificar os impactos socioeconômico indiretos.*

(...).

O projeto foi encaminhado à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária a qual exarou parecer no mérito favorável à aprovação, sendo aprovado pelo Plenário desta casa de Leis no dia 30/30/2020, posteriormente retornou a Comissão para análise do Substitutivo Integral n.º 01, tendo se manifestado favorável a sua aprovação.





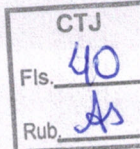
ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação



Em seguida, os autos foram encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Redação para emissão de parecer.

É o relatório.

## II - Análise

Cabe à Comissão de Constituição, Justiça e Redação - CCJR, de acordo com o art. 36 da CEMT, e art. 369 incisos I alínea "a" do Regimento Interno desta Casa de Leis, opinar quanto ao aspecto constitucional, legal e jurídico sobre todas as proposições oferecidas à deliberação.

A presente proposição, **nos termos do Substitutivo Integral n.º 01**, tem o objetivo de, nos termos do artigo 1º, autorizar a contratação e garantir financiamento na linha de crédito FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, até o valor de R\$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para a contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

A alteração proposta no Substitutivo Integral visa garantir a destinação de recursos oriundos do financiamento da linha de crédito FINISA a todas as regiões.

O Projeto de Lei é dos projetos autorizativos, aqueles que o comando constitucional manda o Poder Executivo a pedir autorização ao Legislativo para a realização de determinado ato, conforme os dispositivos constitucionais a seguir elencados.

Aqui está o Comando do Artigo 26, inciso XX da CEMT vejamos:

### Seção II

#### Das Atribuições da Assembléia Legislativa

**Art. 26** *É da competência exclusiva da Assembléia Legislativa:*  
(...)

*XX - ressalvado o disposto no Art. 52, V, da Constituição Federal, autorizar operações internas e externas de natureza financeira de interesse do Estado, exceto no caso de operação interna para atender à calamidade pública, quando esse ato será praticado "ad referendum" da Assembleia Legislativa;*

É competência do Governador tratar das leis orçamentárias conforme art.66 inciso IX:





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 43
Rub. AS

**Seção II**  
**Das Atribuições do Governador do Estado**

*Art. 66 Compete privativamente ao Governador do Estado:*

(...)

*IX - enviar à Assembleia Legislativa o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previstas nesta Constituição;*

A Lei Federal n.º 4.320/64 que Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal em seu artigo 42 estabelece que o Crédito Especial deve ser autorizados por meio de lei *verbis*:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

No caso em análise, a proposição ainda trata no art. 2º de autorização para ceder ou vincular em garantia à operação de crédito de que trata esta lei o Fundo de Participação dos Estados – FPE, até o limite suficiente para o pagamento das prestações e demais encargos decorrentes desta lei, ou, **alternativamente** a vinculação como contragarantia à garantia da União as receitas tributárias previstas no art. 157 e no art. 159, inciso I, alínea “a”, e inciso II da Constituição Federal de 1988, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, em conformidade com o art. 167, § 4º da Carta Magna e as disposições contidas no art. 40 da Lei Complementar n.º 101 de 4 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal.

*Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.*

(...)

*II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.*

*§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)*





ESTADO DE MATO GROSSO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Secretaria Parlamentar da Mesa Diretora

Núcleo CCJR

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

CTJ
Fls. 42
Rub. As

Isto posto, é possível inferir que, a proposição encontra-se dentro das normas constitucionais e legais para sua tramitação.

É o parecer.

### III – Voto do Relator

Pelas razões expostas, quanto à constitucionalidade voto pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 217/2020 – Mensagem n.º 29/2020, de autoria do Poder Executivo, nos termos do Substitutivo Integral n.º 01.

Sala das Comissões, em 31 de 03 de 2020.

### IV – Ficha de Votação

Mensagem n.º 27/2020 - Projeto de Lei n.º 29/2020 - Parecer n.º 428/2020
Reunião da Comissão em 31 / 03 / 2020
Presidente: Deputado Delmar Dal Bosco
Relator: Deputado Delmar Dal Bosco.

Voto Relator
Pelas razões expostas, quanto à constitucionalidade voto pela <b>aprovação</b> do Projeto de Lei n.º 217/2020 – Mensagem n.º 29/2020, de autoria do Poder Executivo, nos termos do Substitutivo Integral n.º 01.

Posição na Comissão	Identificação do Deputado
Relator	
Membros	

Certifico que a 1ª reunião ordinária realizada em 31/03/2020, às 14h, através do Sistema de Deliberação Remota (SDR), via vídeo, digo videoconferência, o Deputado Dr. Eugênio, Rudis Gabriel e Sebastião Rezende votaram SIM pela aprovação da proposição.

Av. André Antônio Maggi, n.º 06, Setor A – CPA – CEP: 78049-901 – Cuiabá – MT (DN)

Cuiabá, 31/03/2020.

Waleska Cardoso  
Consultora Legislativa Núcleo CCJR